

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, órgão dos estudos e pesquisas do Ministério da Educação e Cultura, publica-se sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e tem por fim expor e discutir questões gerais da pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira. Para isso aspira congrega os estudiosos dos fatos educacionais do país, e refletir o pensamento de seu magistério. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS publica artigos de colaboração, sempre solicitada; registra resultados de trabalhos realizados pelos diferentes órgãos do Ministério e pelas Secretarias Estaduais de Educação. Tanto quanto possa, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deseja contribuir para a renovação científica do trabalho educativo e para a formação de uma esclarecida mentalidade pública em matéria de educação.

A Revista não endossa os conceitos emitidos em artigos assinados e matéria transcrita.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

1.3

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

VOL. XXXV JANEIRO-MARÇO 1961 N.º 81

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. XXXV

Janeiro-março, 1961

Nº 81.

SUMÁRIO

Editorial	3
<i>Estudos e debates:</i>	
ABREU, Jaime — Ensino médio em geral e ensino secundário ⁴⁵⁵²⁴	7
AZEVEDO, Fernando de — Gilberto Freyre e a cultura brasileira ⁴⁵⁵²⁵	25
LOURENÇO FILHO, M. B. — Educação para o desenvolvimento ⁴⁵⁵²⁸	35
RENAULT, Abgar — Financiamento do ensino primário na América Latina ⁴⁵⁵³¹	67
<u>TEIXEIRA, Anísio — Educação e desenvolvimento</u> ⁴⁵⁵³⁴	71
<i>Documentação:</i>	
<u>Ação do INEP e Centros de Pesquisas no quinquênio 1956-1960</u> ⁴⁵⁵³⁶	93
Ensino primário complementar, iniciação profissional (Conclusões do Encontro Nacional de Educadores para o Desenvolvimento — Seção de Recife) ⁴⁵⁵³⁸	136
NOTAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
A educação na Constituinte da Guanabara	141
Informação do País	147
Informação do Estrangeiro	160
LIVROS:	
AZEVEDO, Fernando de — <i>Novos caminhos e novos fins</i> ; BARROS, Roque Spencer Maciel de — <i>A ilustração brasileira e a idéia da universidade</i> ; LISBOA, J. Carlos — <i>O estudo de letras neolatinas no Brasil</i> ; MOREIRA, J. Roberto — <i>Educação e desenvolvimento no Brasil</i> ; SODRÉ, <u>Nélson Werneck — O que se deve ler para conhecer o Brasil</u>	164
REVISTAS:	
MOREIRA, J. Roberto — <i>Sociologia política da Lei de Diretrizes e Bases</i> ; <u>TEIXEIRA, ANÍSIO — Plano de construções escolares de Brasília</u>	172

JORNAIS:

Bagrichevsky, Manuel — A informação ocupacional no ensino médio; *Carvalho*, Antônio Pinto de — Haverá uma pedagogia operária?;

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Diretor — Anísio Spinola Teixeira

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Diretor Executivo — Péricles Madureira de Pinho

Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério

Coordenador — Lúcia Marques Pinheiro

Divisão de Documentação e Informação Pedagógica

Coordenador — Elza Rodrigues Martins

Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais

Coordenador — Jaime Abreu

Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais

Coordenador — Darci Ribeiro

Tôda correspondência relativa à REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS deverá ser endereçada ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Caixa Postal 1669 — Rio de Janeiro — Estado da Guanabara — Brasil.

Lourenço Filho, M. B. — Dramatização de temas cívicos nas escolas; Mascaro, Carlos Correa — Novos horizontes para a pesquisa científica em S. Paulo 200

ATOS OFICIAIS: Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960 — *Federaliza a Universidade da Paraíba, cria a Univ. Federal de S. Paulo e dá outras providências*; Lei nº 3.843, de 15 de dezembro de 1960 — *Concede autonomia à Escola Nacional de Minas e Metalurgia, a qual, desligada da Univ. do Brasil, passará a denominar-se Escola de Minas de Ouro Preto*; Decreto nº 49.121-B, de 17 de outubro de 1960 — *Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)*; Decreto nº 49.259, de 17 de novembro de 1960 — *Institui a Campanha de Radiodifusão Educativa*; Decreto nº 49.304, de 21 de novembro de 1960 — *Modifica o Regulamento do Ensino Industrial, aprovado pelo Dec. nº 47.038, de 16/10/1959*; Decreto nº 49.305, de 21 de novembro de 1960 — *Institui a Campanha de Formação de Meteorologistas (CAME)*; Decreto nº 49.340, de 25 de novembro de 1960 — *Dispõe sobre o Corpo de Estagiários Permanentes do Instituto Benjamim Constant do Ministério da Educação e Cultura*; Decreto nº 49.355, de 28 de novembro de 1960 — *Cria a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), determina seu funcionamento sob a forma de Campanha e dá outras providências*; Portaria nº 202, de 10 de outubro de 1960 (DASP) — *Expede instruções gerais para a realização de concursos* 215

efe-
rsos
lito,

am
an-
na

ão
s:
%
u-
m
u
a
a

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ANÍSIO S. TEIXEIRA

Diretor do INEP

Uma transformação, que se iniciou nos fins do século XVIII, na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, de métodos de produção, vem criando, em todo o mundo, uma nova sociedade e uma nova civilização, a sociedade e a civilização industrial de nossos dias.

Não se pode dizer que nação alguma tenha completado a transformação, mas há as que se acham próximas do que se poderia chamar de industrialização total, outras em estádios amadurecidos e avançados e outras ainda a iniciar a grande transformação.

Recentemente, essa grande mudança vem sendo objeto de estudos e tentativas de sistematização quanto ao processo de seu desenvolvimento, visando, de certo modo, retirar o assunto do campo da intuição ou profecia política e trazê-lo para o quadro objetivo dos estudos científicos. Dentre tais estudos, poucos serão mais importantes do que os produzidos pelo "Inter-University Study of Labor Problems in Economic Development", organização criada em 1954, pelos economistas Clark Kerr, John T. Dunlop, Frederick Harbinson e Charles A. Myers, destinada a investigar o fator humano no processo do desenvolvimento econômico. Doze livros e dezenas de artigos científicos já foram publicados, achando-se em impressão outros quatorze livros e dezenas de monografias. As pesquisas até agora feitas estendem-se por 35 países e ocupam 78 especialistas e autores.

Valho-me da oportunidade, que me oferece este "Encontro entre Educadores", para lhes oferecer um sumário dos resultados dessas pesquisas e análises, constantes do último volume publicado: "*O Industrialismo e o Homem Industrial*"¹.

Relatório apresentado ao Encontro Regional de Educadores Brasileiros.

¹ *Industrialism and Industrial Man* — Clark Kerr, John T. Dunlop, Frederick H. Harbinson e Charles A. Myers — Harvard University Press, Cambridge, Mass. U.S.A. — 1960.

Trata-se de análise e interpretação, tão objetiva quanto possível, das diferentes estratégias que vêm conduzindo o processo de industrialização, nos diferentes países, segundo o tipo de elite que passa a comandar a grande transformação.

Reconhecem os autores do estudo que a industrialização leva a certo tipo de civilização de características próprios e traços comuns. Nem por isto, contudo, há um só caminho para se chegar à sociedade industrial. Pelo contrário, diferentes caminhos a ela nos conduzem e, sobretudo, há estratégias diferentes, conforme o tipo de elite que toma o comando de sua marcha.

Além disto, a sociedade industrial não se desenvolve no vácuo, mas sucede a sociedades preexistentes, em diferentes condições geográficas e diferentes estádios históricos, o que a obriga a assumir aspectos distintos nos diversos países, sem nos referirmos ao pluralismo e à diversificação do próprio processo de industrialização.

A qualidade e tipo de elite que, em cada país, toma a direção do movimento e conduz a nação através das vicissitudes da transição, parecem resultar de acidente histórico. Conforme seja tal elite, como iremos ver, será a marcha, a estratégia, a velocidade e a harmonia da transformação.

Os autores examinam cinco tipos de elites, que, aqui e ali, vêm conduzindo, nos diversos países, a grande revolução: a elite dinástica, a da classe média, a dos intelectuais revolucionários, a dos administradores coloniais e a dos líderes nacionalistas. Está claro que se trata de tipos ideais, que não existem na prática em estado de pureza, mas de mistura uns com os outros, com o domínio dêsse ou daquele matiz. Nem êsse domínio será necessariamente definitivo. A própria dinâmica do processo de industrialização poderá extinguir ou substituir a elite originariamente dominante. De tôdas, por exemplo, a dos administradores coloniais parece a de menor capacidade de sobrevivência. Mas, também as outras não têm a certeza da permanência. O processo de industrialização é terrivelmente dinâmico e, de certo modo, implacável e irreversível. Se a elite que o estiver comandando não se revelar capaz, será muito provavelmente destruída e substituída pela elite nova que se vier formando à sombra dos erros da primeira. Aliás, tôda fase de transição é fase de luta entre o velho e o novo, e a arte de conduzir tais batalhas, extremamente difícil, em virtude das contradições que gera o próprio processo revolucionário de transformação.

Cada uma daquelas elites, ou grupos de liderança, acima mencionados, está longe de possuir composição homogênea; constituiu-se antes de figuras as mais diversas — ou sejam líderes políticos, industriais, militares, autoridades religiosas, adminis-

tradores públicos ou de empresa privada. Correspondem as denominações, que lhes dá o estudo, muito mais à filosofia e orientação central de ação de cada uma do que às pessoas que as compõem.

Para ser bem sucedida, terá a elite responsável de embarcar na tarefa de transformação da sociedade tradicional sem contudo destruir-lhe a contextura social, nem expô-la ao perigo de destruição. É de extrema importância, com efeito, que a transição se faça de forma tolerável e sem rupturas destrutivas, ressalvando-se, de qualquer modo, a integridade da contextura social; e, por outro lado, é necessário que a transformação não se revele incompatível com a posição do país no quadro internacional, em que se acha êle inserido, a fim de que possa contar com a proteção e segurança necessárias.

Embora repetindo, com os autores do estudo, que nenhum caso de desenvolvimento industrial corresponde integralmente a um único dos estilos de industrialização, vamos esboçar os aspectos típicos de cada um dêles.

1. A elite dinástica e a comunidade paternalista

A elite, que o Prof. C. Kerr e seus colegas de estudo chamam de *dinástica*, recruta os seus membros dentre os elementos da aristocracia rural ou comercial — agricultura e comércio são às formas de produção preexistentes — e mais raramente na casta militar (os samurais no Japão), na hierarquia religiosa, ou burocrática, ou mesmo dentre chefes tribais ou feudais.

O nexos que une essa elite é o do respeito à tradição. Embora possa aceitar um ou outro membro novo, de modo geral, corresponde a um sistema fechado, fundado na família e na classe, constituindo uma casta privilegiada — a *raça* dos governantes.

Dentro dessa casta, devotada à ordem estabelecida e à tradição, a qual encarna o passado, o presente e o futuro, surge, ante a ameaça da industrialização, uma minoria suficientemente inteligente para não deixar escapar-lhe o controle da mudança inevitável. São os “realistas” que, em oposição aos “tradicionalistas”, se preparam para os compromissos necessários, a fim de permitir a industrialização, desde que se processe sob sua direção. Mesmo nos casos clássicos da transformação industrial dêsse tipo — o da Alemanha e o do Japão — deve ter precedido ao início do movimento a luta entre os dois grupos da classe aris-

tocrática, e a vitória dos "realistas" é que evita a liquidação ou o desaparecimento dessa classe. Nem por isto cessa a luta com outros grupos, dependendo a vitória final do vigor dos respectivos contendores. Não surgem, com efeito, na elite aristocrática apenas "realistas" e "tradicionalistas" mas também outro grupo — de todos o mais congênito com essa classe — e que se poderia chamar o dos "decadentes". São êstes a flor e o mimo da casta: cultivam o prazer pessoal, o ócio alto e fino, a vida dissipada, são os heróis da "doce vida", geralmente ligados a culturas estrangeiras pelo gosto e pelos investimentos. Os "realistas" não têm de vencer apenas os "tradicionalistas" mas também êstes últimos, inimigos bem mais difíceis e fugidios. Se os vencerem, contudo, e tiverem o necessário vigor, podem enfrentar o processo de industrialização com estilo próprio, imprimindo-lhe o feitiço autoritário que caracteriza a casta. Com ênfase no poder pessoal e na perpetuação das famílias "nascidas para o govêrno", entre as quais se efetivam as alianças necessárias, processa-se o recrutamento entre elas dos administradores e gerentes e o movimento de transformação tem início, num regime, na realidade, de fôrça. Daí a facilidade do grupo tender ao *fascismo*. Escapando porém a êsse perigo, estabelece-se um sistema de predomínio familiar patriarcal, servido por govêrno paternal e benevolente, dotado de relativo poder de sobrevivência.

Repousam os ideais sociais do grupo nos símbolos e nas instituições do passado: a família, a igreja, a propriedade privada e o estado naiconal. Tradicional por excelência, só aceita alteração da sociedade na medida em que a mudança constitui necessidade de sobrevivência. Por isto mesmo, é inerentemente hostil aos intelectuais, salvo àqueles que se fazem seus "mestres espirituais", interpretando e reinterprestando a essência do passado e, à luz dessa essência, o próprio futuro.

A ordem econômica, fundada na lei e na ordem, inclina-se para os cartéis e as sociedades de economia mista, numa mistura de "público" e "privado", constituindo a base de um sistema político paternalista. Entre o trabalhador e o patrão não deve haver luta, mas harmonia. A lei e o Estado aí estão para criar o clima de paz e amor entre o lobo e o cordeiro. O poder de estabelecer as regras do jôgo não se distribui, mas fica com a lei e o govêrno. O clima do regime é o da lealdade e harmonia entre as fileiras e a hierarquia. O trabalhador faz-se um misto de "menor" e "funcionário público".

A marcha da industrialização é comandada pela idéia de sobrevivência. É preciso não esquecer que a transformação não se faz pelo seu próprio mérito mas apenas para garantir a so-

brevidência da sociedade tradicional. Tôda alteração violenta é combatida com extremo rigor. A regra é: "nem mais depressa nem mais longe do que o necessário..." A elite dinástica e o estado paternalista devem sobreviver. Como o regime industrial ganha em ser planejado, êsse estilo pode ser bem sucedido, dada a facilidade com que pode fixar metas e objetivos e a aplicação do dispositivo de fôrça na sua conquista.

Não se pense porém que tal forma de industrialização seja pacífica. Pressões externas e internas podem incentivá-la ou destruí-la. As pressões externas — sejam militares, políticas ou econômicas — são geralmente salutares e incrementam o progresso econômico. Já as pressões internas, sejam as da classe trabalhadora, ou de grupos intelectuais e independentes, não são de natureza a facilitar o progresso econômico, tendendo antes a criar instabilidade política, que poderá chegar a fazer cair a classe dirigente e levá-la a ser substituída. O poder de sobrevivência dêsse estilo de industrialização é questionável. A tendência será para constituir-se fase de transição para o comando de um dos demais grupos. No melhor dos casos, ao da elite de classe média, que passamos a analisar.

2. A elite de classe média e a comunidade do mercado aberto

Não será preciso repetir como surge a classe média. Os seus membros se recrutam nos grupos comerciais ou artesanais, já existentes na sociedade anterior e sensíveis às possibilidades dos novos meios de produção. Sensíveis às oportunidades do lucro. A classe não pratica nenhuma rígida ideologia. O seu assalto à ordem velha não toma o aspecto global de uma revolução, mas fá-la ruir aos poucos, minando-a aqui e ali, construindo lentamente a nova sociedade. No seu conflito com o velho acaba contando, como aliados políticos, com intelectuais ansiosos por liberdade e operários em busca de oportunidades.

A sua flexível ideologia é economicamente individualista e praticamente igualitária. Cada indivíduo é responsável por si mesmo, dentro dos limites da lei. A êle cabe tirar proveito das oportunidades que a sociedade lhe oferece. Nessa áspera e livre competição, é êle o seu próprio Senhor e a sociedade funda-se no seu interesse próprio (esclarecido se possível) em substituição ao "bem-estar da comunidade" que seria o objetivo professado da sociedade anterior.

A mobilidade vertical dos indivíduos, dentro da sociedade, em relação direta com o conhecimento das oportunidades exis-

tentes e a capacidade de fazer uso delas, quebra a rigidez da classe. A família e o passado deixam por isto de ser importantes, salvo quando facilitam tal aproveitamento de oportunidades. O sistema baseia-se politicamente num regime de leis e regras consentidas e, economicamente, na vantagem ou proveito próprio. Ninguém nasce para mandar, mas alguns são feitos para gerir e administrar. O empreendedor, o gerente é, em parte, um político, construindo, por entre as pressões dos indivíduos, dos grupos e das instituições, em dinâmico e difícil ajustamento, uma sociedade dominada pela mobilidade e pelo interesse pessoal.

Que ideais pratica essa sociedade? Algo de fugidio e difícil de caracterizar. Cultiva antes *meios* do que *um fim*: e os meios são o razoável, o interesse próprio, e a relativa embora ampla tolerância ao dissentimento. A pluralidade de centros de poder e decisão e um jogo de freios e contra-freios marcam o funcionamento social. Separação entre a Igreja e o Estado e, neste, separação dos três poderes — separados e independentes — caracterizam o pluralismo político. O pluralismo econômico está na multiplicidade das empresas. De todo esse complexo jogo de influências e contra-influências decorrerão a ordem e a justiça.

As relações entre o operário e o patrão são as de independência mútua. O operário ali está por uma transação comercial. Diz um autor: o operário “sabe que é politicamente igual ao patrão e não deseja subordinar-se a ele e incorrer em uma dívida de gratidão. Está na fábrica ou oficina em virtude de um contrato e não considera os demais colegas como uma família de que o empresário seja o chefe e o patriarca”. Dessa independência, passa o trabalhador à fase em que se organiza em oposição aos empresários, e um novo pluralismo de poder se estabelece, com a participação crescente do trabalhador nas regras do jogo.

O progresso nesse tipo de sociedade é tido como algo de natural. Decorre do complexo jogo de mil e um centros de poder, tomando decisões dia a dia. Não deve ser retardado mas também não deve ser forçado. Considera-se suficiente o incentivo do interesse próprio numa sociedade materialista e competitiva. Não há planejamento central. Assim, a velocidade do desenvolvimento fica entre a da sociedade patriarcal que resiste ao progresso e a da sociedade de mobilização industrial forçada, que caracteriza o terceiro tipo a ser adiante examinado.

A sociedade do tipo classe média não é homogênea nem uniforme. Seus característicos e distinções decorrem das suas origens. Na Europa e na América Latina surge como uma sociedade nova em luta contra a ordem estabelecida, a da classe aris-

tocrática dominante e contra os hábitos de uma civilização anterior. Nos Estados Unidos, no Canadá, na Nova Zelândia, a classe média é quase a classe original. Nem aristocratas nem peões. Acabam todos se julgando classe média. São essas sociedades os modelos mais puros da sociedade de classe média e do mercado aberto, onde melhor se pode sentir as tendências por assim dizer espontâneas desse tipo de organização social. Nesses países, o progresso marcha rapidamente e certa consistência cultural interna se processa sob a direção da classe industrial e comercial. Nos demais países, o desenvolvimento não é tão homogêneo: pelo menos três subculturas surgem, a da aristocracia, a da classe comercial e a dos trabalhadores. Ao lado desses países que iniciaram cedo o seu desenvolvimento e vêm lentamente aprendendo essa nova sociedade de classe média, temos hoje os países subdesenvolvidos e os novos que se estão rapidamente industrializando. Se o Estado não se transforma no empresário universal, há que recrutar os empreendedores entre os comerciantes... E a transição não é fácil: o comerciante trabalha com a mentalidade do lucro a curto prazo e custa a mudar para a mentalidade de industrial, de criador de riqueza, de lucro a longo prazo. Surge então o espírito de exploração, tanto mais grave quanto, não havendo também competição industrial, desaparece qualquer freio ao lucro. Falta de espírito industrial, falta de competição, auxílio do Estado — retiram a essas sociedades muito dos característicos da sociedade individualista de classe média. Dividida entre o mercado e o Estado, entre o consumidor e o burocrata, a “corrupção” e a “dissipação” passam a medrar e com elas o sentimento de “exploração”. A luta pelo desenvolvimento faz-se difícil, penosa e tensa. O êxito somente poderá ser obtido se a industrialização for tão rápida que consiga disciplinar os elementos em jogo e restaurar na sociedade aquele mínimo de saúde indispensável ao domínio do espírito do mercado e das forças autocorretivas da competição.

A carreira da classe média desde o seu surgimento como mercadores, depois produtores e empreendedores, até à era dos administradores profissionais das sociedades altamente organizadas — representa uma longa carreira, com extrema variedade de tipos de ação e de empresa. Mas algo de comum sempre ficou: a busca do lucro, a confiança na iniciativa privada, o espírito de gradualidades nas mudanças... Eficiência gerencial, atitudes do trabalhador, relações entre operário e patrão variam, entretanto, de forma acentuada. A dinâmica desse tipo de sociedade está longe de encerrar-se e não é pequena a sua luta contra o terceiro estilo, que passamos a examinar.

3. Os intelectuais revolucionários e o Estado centralizado

Uma nova classe de intelectuais, e seus seguidores ou ativistas, assume, neste caso, o controle do processo da industrialização e da sociedade como um todo, substituindo a velha elite e a velha cultura por uma nova classe e uma nova cultura.

Ao se atribuírem o poder de liderança, buscam justificá-la pela aceitação e adoção de uma teoria da história, que lhes ensina o lugar, o tempo e os meios de agir e os transforma em instrumentos do próprio inevitável processo histórico, do próprio processo de criar e fazer o futuro.

Ao contrário da classe média, essa nova classe funda-se numa rígida ideologia, segundo a qual a nova sociedade é inevitável... Esta nova sociedade seria a sociedade totalmente identificada com a nova tecnologia e com as relações econômicas e sociais mais compatíveis com o seu máximo desenvolvimento. Daí a elaboração de verdadeira ortodoxia, com os seus "sumos-sacerdotes" para interpretar e aplicar a ideologia e a "linha" para segui-los. Os novos membros são escolhidos na base de capacidade e confiança política.

Com o desenvolvimento dessa sociedade, entretanto, os intelectuais revolucionários cedem crescentemente o lugar de líderes do sistema a administradores políticos de alto nível e a burocratas. Um novo grupo passa a controlar a nova sociedade mas de maneira diferente dos antigos revolucionários. São até, de certo modo, opostos êsses novos burocratas aos antigos apóstolos. Em vez da mudança constante são antes conservadores e em vez do debate político básico, discutem interpretações e reinterpretações da doutrina. De qualquer modo, porém, o intelectual revolucionário é substituído pela ideologia, pelo partido, pelo Estado: os revolucionários se vão, fica o Estado centralizado.

Se a primeira elite tem sua origem no proprietário de terras, a segunda no comércio, esta terceira nasce com o "manifesto" político. O partido é o centro dessa sociedade. Os conflitos se resolvem na base da correção ortodoxa. O sistema repousa na coesão ideológica dos líderes; na manipulação dos interesses econômicos das massas; e no uso de força quando necessário. Pensamento coletivo e força coletiva marcam o desenvolvimento social, que é considerado um processo histórico, fundado na nova tecnologia. Não há assim objetivos sociais determinados, mas a marcha para a conquista absoluta dessa tecnologia — educação, organização do trabalho, arte, literatura, tudo é pôsto a serviço do sistema de produção. A sociedade é unitária, monolítica, sem

distinção alguma entre as instituições econômicas, políticas e religiosas. O poder de estabelecer as regras fica com a hierarquia: o operário depende do gerente e êste do Estado. O mais alto atributo do trabalhador é o senso do dever. É um "cidadão" com muitos deveres e poucos direitos. A sociedade é considerada perfeita, na medida em que se submete à lógica da industrialização, e conquista assim o máximo poder de sobrevivência.

Tôda a ênfase é posta no progresso econômico. A história é considerada um processo consciente e, dentro de certos limites, sujeito a controle central. A teoria é a de que a história marcha por avanços e saltos. Há constelações estratégicas de interesses de classe e estratégicos momentos de tempo a ser manipulados. A capacidade de mobilização industrial constitui, talvez, o seu maior poder de sobrevivência e o grande impacto histórico dêsse tipo de sociedade.

A falha do sistema talvez esteja entre as exigências da ideologia e as aspirações das massas em seus ambientes históricos e geográficos. A versão ortodoxa (União Soviética e China) dá lugar a versões mais moderadas, com maiores concessões às massas (Polônia, Iugoslávia), à luz dessas circunstâncias históricas e geográficas. Os fiéis, entretanto, receiam essa marcha para a heterodoxia.

4. O administrador colonial e a metrópole

Não precisamos deter-nos muito neste tipo de industrialização, porque já não se aplica ao nosso caso. No interesse, contudo, da clareza, convém dizer que os autores do livro dão larga atenção ao caso da introdução do processo de industrialização por uma elite estrangeira, apresentando três tipos de colonialismo: o colonialismo temporário e de um segmento apenas da sociedade nativa; o colonialismo de colonos que se estabelecem permanentemente no território e criam uma sociedade dual, de colonos e nativos; e o "colonialismo total" quando os agentes coloniais visam transformar totalmente a sociedade à sua imagem (Havai, Moçambique, Hungria).

Pela própria classificação, pode-se ver que cada tipo de colonialismo tem sua lógica histórica. O colonialismo "segmental" traz consigo a semente de sua destruição. É o criador e a vítima do progresso. O segundo é mais tenaz — mas não sabemos ainda se pode sobreviver. O terceiro — o colonialismo total — se bem sucedido deixa de ser colonialismo e, neste sentido, tem maior poder de sobrevivência. Não fica, porém, apenas nisto.

Conforme a Metrópole esteja dominada pela elite dinástica, ou de classe média, ou dos intelectuais revolucionários, o colonialismo assume aspectos diversos. Por isto mesmo, é o de mais difícil caracterização como tipo ideal.

5. O líder nacionalista e o Estado como guia

O quinto tipo de condução do processo de industrialização é o do líder nacionalista. Não se pode dizer que haja no caso um sistema de idéias. O movimento nacionalista pode servir para a conquista do poder, mas não encerra propriamente uma teoria de ação. Predispõe, entretanto, a certas direções: a revolta contra a velha ordem, a luta pela independência, a consagração de heróis nacionais. A falta de um programa coerente de ação lança a sociedade nos braços de personalidades carismáticas e o povo, numa atitude de expectativa de milagres. Os objetivos são extravagantes, episódicos e espetaculares. Trata-se de "tomar de assalto as fortalezas da história", como já disse alguém.

Por isto mesmo, a tendência do nacionalismo é de confiar ao Estado a direção do seu esforço. Daí a sua inclinação à economia planejada, ao investimento pelo Estado, ao controle estatal das organizações trabalhistas, à previdência estatal, à direção estatal da indústria e a dramáticos apelos do Estado para a austeridade e o trabalho árduo. Toda essa orientação passará a assumir suas verdadeiras cores, num sentido ou noutro, para a direita ou para a esquerda, conforme sejam os líderes que venham a assumir a direção. Daí serem os países nacionalistas um dos palcos da competição da guerra fria. Tais líderes poderão ser os da elite dinástica (Iran), os da democracia liberal ou dos intelectuais quase-socialistas (Índia), ou os da hierarquia militar (Egito), e conforme as respectivas doutrinas, favorecerão a iniciativa privada ou a iniciativa do Estado, a liberdade individual e o livre debate ou a força, a disciplina, o dever e o governo pessoal.

Sua economia tenderá também a ser uma economia mista, entre a da iniciativa privada preferida pela classe média e o controle estatal dos intelectuais revolucionários.

O maior perigo desse estilo de industrialização está na conservação ou excesso dos seus aspectos negativos, os ódios e medos que derem origem ao movimento de independência. Quanto mais depressa se vencer essa fase, mais afortunadas serão as possibilidades de se não perderem o ímpeto e o dinamismo do movi-

mento e de se conquistar aquela unidade nacional indispensável a um progresso firme e contínuo. De qualquer modo, o estilo nacionalista implica líderes carismáticos, massas em expectativas de milênios, e no Estado como instrumento do desenvolvimento econômico.

* * *

Demos, assim, em breves traços, uma idéia dos cinco estilos pelos quais se pode processar o movimento de industrialização em nossa época. Resta uma nota, para não me afastar do livro que estou procurando resumir, sobre as duas grandes forças oscilantes, de que dependem, de certo modo, o êxito de cada um desses estilos: os intelectuais e os gerais, representando as idéias e o poder material. Essas forças inclinam-se já num sentido, já em outro, e constituem, sem dúvida, fatores cruciais nos momentos críticos da grande transição. Quem tiver a força, comandará o movimento. De todos os estilos só o democrático-liberal pode-se dar ao luxo de ignorar os gerais. De modo geral, as duas forças — os intelectuais e os militares — comandam o processo de industrialização, sempre que a marcha for incerta e crítica. Só com certa normalidade é que forças mais estáveis poderão tomar a direção. Isto posto, e considerando que não levamos em conta o regime de colonização, temos que há quatro métodos paralelos de conduzir o processo de industrialização: o da elite dinástica, o da classe média, o dos revolucionários intelectuais e o dos líderes nacionalistas. As perguntas cujas respostas caracterizam tais métodos são as seguintes: 1) Quem conduz a marcha? 2) Qual o propósito da marcha? 3) Como se organiza a marcha?

* * *

Quem conduz a marcha?

a) a elite dinástica responde:

os que nasceram para mandar e que se identificam pela família e pela classe; o governo é pessoal, fundado na tradição e sustentado pela força, se necessário.

b) a classe média responde:

os que por competitiva educação e competitiva experiência melhor merecem a responsabilidade da liderança; essa liderança funda-se no consentimento e se processa segundo certas regras gerais aprovadas do jôgo.

- c) os *revolucionários intelectuais* respondem: os que possuírem uma teoria superior da história e uma estratégia superior para organizar a sociedade de acordo com as exigências da tecnologia industrial; sua liderança apóia-se na força.
- d) os *líderes nacionalistas* respondem: os que pela sua "visão" e "coragem" encarnam o futuro da nação; o seu poder se funda no senso de patriotismo que logram despertar nos cidadãos da nação.

Qual o propósito da marcha? E como é a marcha organizada?

- a) a *elite dinástica* responde: preservar a ordem tradicional e a comunidade paternalista, ao mesmo tempo que manter o controle do novo método de produção. Para isto, precisa-se de um estado-forte, a fim de manter a ordem e a estabilidade interna; de deixar nas mãos dos patrões um poder substancial para regular as condições de trabalho e manter os trabalhadores na dependência da sua lealdade aos patrões.
- b) para a *classe média*, o objetivo da marcha é o desenvolvimento de um método de ação que, a longo prazo, traga o máximo bem-estar aos indivíduos: o método do *mercado aberto* nos negócios econômicos e políticos. Este método importa dar relevo ao esforço privado, na distribuição pluralística do poder na área das relações industriais entre a gerência, as organizações trabalhistas e o Estado. Os trabalhadores, por meio de organizações independentes, podem resolver seus conflitos com os empregadores.
- c) os *revolucionários intelectuais* consideram o objetivo a construção de uma nova sociedade completamente compatível com a nova tecnologia. Para isto, há que estabelecer um Estado centralizado, que detenha todo poder de fixar as regras e espere de cada trabalhador o cumprimento do dever e a aceitação, sem discutir, das decisões do Estado que, em teoria, age em seu interesse.
- d) os *líderes nacionalistas* consideram o objetivo a independência e o progresso da nação, a ser obtido sob a direção do Estado.

A elite dinástica oferece continuidade; a classe média, escolhe individual; os intelectuais revolucionários, alta velocidade de industrialização; e os líderes nacionais, a integridade e o progresso da nação. Desenvolve-se assim em plena diversidade o processo de industrialização. A intensidade ideológica de nossa época marca o grau de conflito e de luta. Com a aceitação progressiva da industrialização, é de esperar a queda do tonus ideológico e o possível reencontro de todos esses diversos métodos num único industrialismo do futuro. Até esse remoto futuro, a variedade de condições culturais, histórias e econômicas fará do quadro industrial do mundo um quadro diversificado e múltiplo, mas, nem por isto, sem uma vigorosa lógica interna e certa unidade fundamental, que irá transformar o homem e sua sociedade como nenhum movimento da história jamais o transformou.

* * *

A luz desse quadro aí esboçado, não por ideólogos ou teóricos, mas por frios e objetivos economistas — onde poríamos nosso país e seu arranco inicial em prol da industrialização?

Não é verdade que logo sentimos quanto nosso esforço participa de uma liderança eclética, com aspectos de liderança aristocrática, de liderança da classe média e de liderança nacionalista? Ora, cada uma dessas lideranças tem suas exigências específicas quanto à educação e quanto ao modo de conceber o fator humano no desenvolvimento industrial. Será que o exame dessas diversas posições poderá esclarecer-nos quanto à nossa confusão educacional e ao infundável debate em que nos perdemos e que já começa a ser objeto até do humorismo internacional? (Um jornalista suíço em visita ao Brasil manifestou, ao voltar à pátria, sua surpresa: o país oferece o espetáculo de cinquenta por cento de analfabetos ao lado do mais rico debate pedagógico que jamais lavrou em alguma nação.)

O processo de industrialização afeta a sociedade em quase todos os seus elementos: muda o sistema familiar (da família chamada extensa ou colateral para a família nuclear ou conjugal); mudam as estruturas de classe (de rígidas para flexíveis, de fechadas para abertas) e mudam com elas as relações entre trabalhador e empresários; mudam valores religiosos e éticos em relação ao trabalho, à economia e à satisfação de desejos materiais; e em relação à inovação, à mudança e à utilização da tecnologia moderna; mudam os conceitos jurídicos e legais, a respeito das relações de trabalhador e empresário; e muda o conceito de estado-nação, cujo poder sobre os grupos divididos da sociedade tradicional anterior se faz muito mais forte, conseguindo muitas vezes certo grau de unificação política e social.

O interesse nacional torna-se mais consciente na sociedade em vias de industrialização e certa mobilização coletiva de esforços, mais viável. Essas rápidas indicações sugerem a natureza e a diversidade das resistências que a sociedade tradicional pode vir a opor ao processo de industrialização. Se juntarmos a esses fatores, já de si mesmos diversificados e contraditórios, a contradição entre as próprias formas de condução do movimento de industrialização, poderemos ver quanto é difícil a situação brasileira, no sentido de poder atuar em relação à sua nascente industrialização com a necessária unidade e o necessário ímpeto.

Parece, com efeito, indiscutível o caráter misto de nosso processo de desenvolvimento. Temos o setor francamente aristocrático, pouco importando o aspecto humorístico de que alguns dos mais eminentes membros desse grupo sejam acabados e perfeitos novos-ricos do próprio movimento; temos o setor liberal-democrático de classe média; e temos o grupo nacionalista.

Dêsses três grupos, só o segundo tem doutrina, a doutrina liberal-democrática. Mas como essa doutrina é aberta e não dogmática, não se pode evitar certa confusão e obscuridade entre os líderes desse grupo, em contraste com os demais, dominados mais nitidamente por interesses e sentimentos. Entre a difícil doutrina liberal e o emocionalismo nem sempre lúcido do nacionalismo, o pensamento político brasileiro se refugia em expedientes intelectuais e conjurações de interesses. Falta à cena nitidez e definição. Por isto mesmo, o desenvolvimento brasileiro se vem fazendo com uma carga de contradições tão grande e resistências tão implacáveis ao seu funcionamento lógico que, se não receio a sua parada, receio a sua ruptura, devido ao jôgo de progressos e regressos que vem provocando e alimentando sua grande confusão ideológica.

Vimos, na análise que reproduzimos, nas páginas anteriores, que somente as elites de classe média e as elites intelectuais marxistas têm certa bagagem de idéias para a condução, com unidade de propósitos, da transformação social em marcha no mundo. As elites dinásticas são contrárias à industrialização e apenas a admitem enquanto necessária à sobrevivência da ordem anterior; a elite colonial age no interesse da metrópole, salvo os casos do "colonialismo total", em que se confundem com as demais elites e suas respectivas doutrinas; a elite nacionalista, mais um movimento que uma doutrina, não tem método próprio de ação, salvando-a apenas o estado de consciência e de mobilização emocional que cria e lhe permite o programa de surpresas e esforços espetaculares, com que alimenta o famoso clima *quiliástico* em que arde! (Assuã, Brasília...).

Ora, achando-se nosso desenvolvimento sob a influência de três grupos, o aristocrático, o de classe média e o nacionalista,

a salvação estaria em que a ênfase viesse a caber à elite de classe média, por ser a mais aparelhada em idéias específicas relativas à nova ordem industrial.

Sucede, porém, que o debate político dos últimos cem anos, embora de modo algum encerrado, tem concorrido, entre nós, para emprestar à classe média apenas o caráter reacionário que, por vêzes, assume, sempre aliás em aliança com a elite dinástica, esquecendo-se o seu passado revolucionário, de iniciadora da transformação da sociedade pela industrialização, e a possibilidade de continuar ela seu destino inovador.

A verdade é que a classe média somente conseguiu realmente estabelecer-se e controlar a nova sociedade em certas nações da Europa e na América do Norte, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Em todo o resto do mundo, prevalece a sociedade tradicional, com as suas formas feudais ou dinásticas, ou as elites revolucionárias comunistas, ou as ainda indefinidas elites nacionalistas.

Em tôda a chamada América Latina, estamos emergindo da fase feudal ou dinástica, e tentando criar as tradições da classe média mas sem o conseguirmos, sobretudo porque se perdeu o sentido revolucionário dessa classe e nos radicalizamos numa luta entre os extremos da direita ou da esquerda.

Como estas duas sociedades extremadas são sociedades unitárias e planejadas, e como as críticas mais vivas à classe média foram sempre ao seu individualismo e ao seu *laissez-faire*, ambos hoje tão modificados e qualificados, tem-se procurado valer dessa contradição para considerar-se praticamente inviável a teoria da classe média: ou seja a do interesse próprio individual conjugado e disciplinado pelo pluralismo de organização e funcionamento.

Considerando a classe média reacionária e assumindo que o que existe no país já é classe média, embora de modo algum se tenha conseguido criar a mentalidade de classe média, o grupo autocrático consegue firmar-se e, com o auxílio do grupo mais revolucionário (que se opõe acima de tudo aos aspectos revolucionários da mentalidade da classe média), criar as condições vigentes no Brasil de predomínio reacionário ou, pelos menos, predominantemente autoritário.

Não julgo, com efeito, que seja preciso demonstrar que nosso desenvolvimento está, de fato, muito mais sob a influência do espírito dinástico e paternalista, que herdamos do Estado Novo e agora recebe a propulsão do combustível nacionalista, do que sob o comando das doutrinas da classe média, embora estas se

ostentem na letra da Constituição, que nem sequer logramos complementar.

Não seria preciso contradição maior para marcar a situação de confusão e de crise em que vivemos. A verdade é que estamos cada vez mais longe da formação do cidadão indispensável ao difícil funcionamento da democracia liberal. E por isto mesmo é que a análise da situação educacional é suscetível de tornar patente grande parte dessas contradições que, a meu ver, podem quebrar a coesão e a contextura de nossa sociedade.

Como seria muito longo analisar, em face de cada tipo de elite, além das suas respectivas estratégias — que procuramos esboçar nas páginas anteriores — as respectivas atitudes em face dos conflitos culturais provocados pela industrialização, as respectivas políticas em face do chefe de empresa, do administrador e do gerente, do trabalhador, do seu protesto, de sua organização, do seu recrutamento e do seu treino, vamos limitar-nos a traduzir o quadro em que Kerr e os seus colegas definem, esquematicamente, as diferentes posições das elites em questão. A seguir voltaremos à situação brasileira, com respeito à educação, a fim de fazermos mais uma vez a advertência de que a confusão e obscuridade políticas da vida brasileira é que não permitem que esse eterno problema seja equacionado e resolvido.

Não é difícil, percorrendo os quadros seguintes, indicar a posição do país em cada um dos pontos examinados e definidos. Mas somente iremos sublinhar os aspectos educacionais.

Como é natural, cada elite estabelece a educação que melhor se ajuste à sua estratégia para a industrialização. A elite dinástica, visando, acima de tudo, preservar a tradição, oferece educação, apenas, aos poucos e, especialmente, a grupos seletos e destinados a constituir a elite governante. A ênfase é em educação humanística e na formação jurídica, com restritas facilidades para a educação científica. Os valores tradicionais e a religião são postos em relêvo em todos os graus e níveis do ensino. Não têm as universidades participação no processo de industrialização. Há pouco interesse no treino dos trabalhadores, além da educação elementar e do aprendizado direto nas fábricas.

Há alguma dificuldade em nos encontrarmos nesse retrato? Não se destina até hoje aos "poucos" a nossa educação? Não há uma constante pressão para que continuação humanística e não científica? Têm as universidades algo a ver com o processo de

DECISÕES BÁSICAS	DINÁSTICA	CLASSE MÉDIA	INTELLECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS	ADMINISTRADORES COLONIAIS	LÍDERES NACIONALISTAS
Métodos de distribuição da força de trabalho	Laços de família e de comunidade limitam a mobilidade das forças de trabalho e tornam maior a necessidade de mobilidade do capital.	Confiança no mercado de trabalho e no treino público.	Distribuição planejada e treino com ênfase em incentivos monetários.	Distribuição direta do trabalho nativo e importação do qualificado e de alto nível.	Treino de nacionais para substituir o estrangeiro.
Métodos de motivação de força de trabalho.	Lealdade à tradição, à família e à igreja.	A ética pessoal de trabalho duro e recompensas em dinheiro.	Compulsão ideológica e recompensas em dinheiro.	Compulsão limitada e aceitação limitada de alguns do grupo de governo.	Nacionalismo como ideal.
Acesso à gerência e administração.	Acesso baseado na família e os profissionais subordinados à autoridade da família.	Acesso na base de iniciativa e competência — rápido desenvolvimento de conceito de administração profissional.	No princípio, acesso na base de filiação política, depois, em patões profissionais.	As posições importantes reservadas para os filhos da metrópole.	Diversos, com ênfase em qualificações políticas e profissionais.
Caráter da autoridade da gerência sobre o trabalhador.	Interesse paternalista no trabalhador, considerado um "dependente".	Decorrente da lei e de estatutos das organizações industriais e trabalhistas ou ocasionalmente democráticas.	Ditatorial e autoritária, mas, depois, dentro de certo limite, baseada em lei e regulamentos.	Ditatorial ou paternalista.	Diversos, dependendo da natureza da classe de gerentes.
Base de autoridade do gerente.	Conceito de que alguns são "chamados" a mandar. Organização pessoal e não funcional.	A autoridade decorre das funções que têm de preencher.	Administradores são os servos do partido e do Estado.	Superioridade dos nacionais da metrópole.	Os administradores são considerados como instrumentos necessários do desenvolvimento industrial.
Educação e o desenvolvimento das fontes de onde deve sair a elite industrial.	Educação de uma pequena minoria selecionada (elite).	Educação universal e tecnologia e administração.	Alta prioridade para a educação funcional em todos os níveis.	Muito limitadas oportunidades de educação para os nativos.	Educação universal prioridade para a educação superior.

ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA

SUMARIO DAS DIFERENTES POLITICAS COM QUE AS DIFERENTES ELITES CONDUZEM O INDUSTRIALISMO

DECISÕES BÁSICAS	DINÁSTICA	CLASSE MÉDIA	INTELECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS	ADMINISTRADORES COLONIAIS	LÍDERES NACIONALISTAS
O sistema educacional.	Preserva os valores tradicionais; educação superior reservada à elite; as universidades têm pequeno papel em relação à industrialização; os trabalhadores recebem apenas educação elementar.	Educação liberal; educação universal; o sistema educacional constitui o maior instrumento de mobilidade vertical para os trabalhadores e suas famílias.	Educação ligada à ideologia revolucionária; alta prioridade para a ciência e os setores especializados; os trabalhadores recebem treino especial.	Educação adaptada da metrópole; educação superior limitada a poucos nativos e dada muitas vezes somente no país metropolitano.	O sistema educacional planejado para promover a independência e dar prestígio. Dilema entre educação geral e treino de mão-de-obra de alto nível.
Auto-suficiência ou integração econômica.	Grau relativamente elevado de auto-suficiência, particularmente em relação a importantes aspectos militares.	Os mercados financeiros e de bens de consumo tendem a criar um alto grau de interdependência internacional.	Um alto grau de auto-suficiência com transações econômicas internacionais.	Integração com a metrópole.	Conflito entre as aspirações de auto-suficiência e a necessidade de integração para o desenvolvimento.
Reflexos da industrialização sobre a população.	A política é a de estimular o crescimento da população e desencorajar a imigração.	Não há política demográfica. O mercado, a renda, as despesas públicas com saúde influem sobre a população. A imigração é permitida.	Várias medidas são tomadas para restringir a tendência da população a crescer em virtude da industrialização. Não se permite a imigração.	Não há interesse pela população se a mão-de-obra for adequada. No caso contrário, recruta-se a mão-de-obra na própria colônia ou fora.	Conflito entre os meios de diminuir a mortalidade e os de impedir o crescimento da população nos países superpovoados.

CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES E OS GERENTES

Pressão para limitar o consumo.	Pequena, devido à lentidão da marcha pela civilização.	A poupança é obtida por meio de economias voluntárias e de impostos democraticamente planejados.	Limitação severa de consumo para acelerar a industrialização.	Depende das necessidades da metrópole.	Altas aspirações, mas grande dificuldade em aplicar as pressões.
Métodos de limitar o consumo.	Inflação.	Poupança privada.	Contrôles diretos em ampla frente.	Contrôles diretos em alguns itens, especialmente de importação.	Inflação.
Política em relação à agricultura.	Diminutas modificações de estrutura, exceto para aumentar a exportação para as elites.	Contração subordinada às forças do mercado.	Ampla reorganização para liberar recursos e aumentar a produção.	A agricultura é orientada para servir à metrópole.	Tendência a negligenciar a agricultura em face do programa de desenvolvimento industrial.

DECISÕES BÁSICAS	DINÁSTICA	CLASSE MÉDIA	INTELECTUAIS REVOLUCIONÁRIOS	ADMINISTRADORES COLONIAIS	LÍDERES NACIONALISTAS
Velocidade da industrialização.	Não mais rápida do que o necessário para preservar a elite tradicional e os seus valores. Necessidades militares podem, ocasionalmente, determinar maior velocidade.	Velocidade determinada pelas perspectivas de ganho individual, escolhas individuais e ação limitada do governo. Marcha moderada.	A mais rápida possível, sob uma série extensa de controles	Depende apenas da vantagem e interesse da metrópole colonizadora.	Altas aspirações e promessas, mas velocidade incerta.
Fontes dos recursos.	Doações paternalistas e proteção governamental. A renda agrícola pode ser importante. A continuidade dos recursos depende dos favores do governo, que variam. As fontes internacionais, raramente se fazem importantes.	Decisões de mercado, poupanças comerciais e pessoais voluntárias, crédito bancário e capital internacional. A continuidade depende das incertezas e variações do mercado. As fontes internacionais são as vezes importantes.	Restrição forçada do consumo por impostos e outros meios, a fim de assegurar uma grande parcela da renda nacional para a formação de capitais. Continuidade estável. Fundos predominantemente internos.	Fundos orçamentários da nação metrópole. A continuidade depende desses recursos orçamentários.	Tende a buscar grandes somas no estrangeiro para suplementar as economias internas, mas as dificuldades são grandes, o atendimento variável e em prazos curtos.
Prioridades no desenvolvimento.	Preserva e protege a agricultura; as obras públicas, os monumentos e os projetos paternalísticos, inclusive planos residenciais, hospitais...	A agricultura comprimida pela competição internacional. A seqüência das iniciativas depende do mercado; o modelo tradicional é o movimento das indústrias de consumo para o das indústrias básicas. Projetos residenciais dependem do mercado.	A agricultura comprimida pelo recrutamento de pessoal para indústria e pela proibição da agricultura individual. Violenta prioridade para as indústrias básicas. Planos de residências restringidos.	Desenvolvem-se as indústrias que forneçam materiais ou bens de consumo à nação-metrópole ou se destinem à exportação para produzir divisas.	Aspira a alcançar ampla base industrial. Expande-se ao longo da linha anterior da administração colonial. Tem interesses por itens que produzam prestígio.
Pressão sobre os administradores de empresas.	Pressão fraca: a competição internacional é reduzida com o sistema de cartéis e tarifas. As organizações trabalhistas têm pouco interesse em relação à produtividade.	Forte pressão: mercado competitivo tanto no plano interno, como no externo. As organizações trabalhistas orientadas para a produção também pressionam os gerentes.	Forte pressão: a produção é burocraticamente determinada e as metas são sustentadas pelo partido, pelas organizações trabalhistas e pelos interesses profissionais.	Pressão fraca: nem os mercados — seja o interno ou o externo — exercem influência, nem as organizações trabalhistas são orientadas para a produção. Escassez de mão-de-obra pode ocorrer, mas há métodos outros de recrutar trabalho barato, que são, então, aplicados.	Constitui problema complexo e difícil o de organizar o clima para o administrador de empresa. De modo geral, pequena é a pressão exercida sobre ele.

industrialização? Com relação aos trabalhadores, deve-se reconhecer que fizemos o SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Mas, a despeito da alta qualidade desse serviço, não é difícil mostrar quanto êle, por um lado, reflete e, por outro, resiste à realidade do paternalismo efetivamente reinante em nossa sociedade. A verdade é que, de modo geral, nosso sistema educacional reproduz estruturalmente a educação dominante nas sociedades conduzidas aristocraticamente. Se voltarmos as nossas vistas para a posição das elites nacionalistas, veremos que também com ela temos as nossas indistigáveis afinidades, sobretudo no dilema entre educação comum e universal e educação de nível superior. Vivemos também dramaticamente esse dilema e quando o tentamos resolver é para expandir exatamente aquêle ensino superior destinado à formação de elites de lazer e desprovido de claro propósito técnico ou de reais objetivos de produtividade.

Seremos assim aristocráticos e nacionalistas. Será que também somos ou começamos a ser uma sociedade de classe média?

O característico do comportamento educacional da classe média é a sua crença na educação como instrumento fundamental de justiça social e de mobilidade vertical, com o enfraquecimento das fronteiras e divisões de classe. Das cinco elites, são a da classe média e a dos intelectuais revolucionários que efetivamente acreditam em educação. Ambas distribuem a educação a todos. Ambas consideram a educação essencial ao desenvolvimento econômico. Ambas ligam o processo educacional, as escolas e as universidades ao desenvolvimento industrial. Ambas fazem da educação o método de ascensão social. Já fizemos acaso algo disto? Nada, por certo. Apenas falamos e cansamos de falar em tudo isto. É verdade que há uns vagos sinais de que algo vai acontecendo. Aquêles antigo dualismo de educação aristocrática e educação técnico-profissional vem se esbatendo, não porém sem recrudescências ocasionais. A equivalência, entre as diversas linhas, antes segregadas, do ensino médio, é indicação de certo processo de integração da sociedade brasileira. Mas não nos iludamos. O característico fundamental da educação aristocrática, ou seja, o caráter *desinteressado* da educação, tão *desinteressado* que chega a dispensar eficiência, a famosa educação-polimento, a educação-alisar-bancos-da-universidade, sem dúvida ótima para uma classe aristocrática e rica, entra mesmo agora em fase de expansão desvairada, com a proliferação de universidades e faculdades de filosofia, inteiramente insuscetíveis de se poder transformar em centros de educação tecnológica para a era moderna.

Não sugere tudo isto que a marcha do desenvolvimento econômico brasileiro não está sendo realmente conduzida pela nascente classe média brasileira, mas pelos remanescentes do aristocratismo, ajudados pela emoção nacionalista? Não se reencontram ambos nessa expansão desordenada da educação destinada a produzir prestígio social e não eficiência científica ou tecnológica?

Não se pode, com efeito, discutir educação como algo em si mesmo. Nada mais ela é do que epifenômeno de forças muito mais profundas, que controlam a sociedade.

Educação para o desenvolvimento era o título do nosso trabalho. Quisemos, com a exposição das análises e fatos aqui sumariados, mostrar que nada se pode dizer sobre educação para o desenvolvimento, sem primeiro responder às perguntas fundamentais aqui reproduzidas: que classe, que elite dirige o desenvolvimento? Com que propósito o dirige? Em que velocidade o quer fazer marchar?

A situação de transição em que se encontra o Brasil faz com que seu desenvolvimento esteja sob a influência de forças, que não são as mais aptas para a sua integração na civilização tecnológica e industrial de amanhã. A própria nascente classe média, cuja doutrina do indivíduo, da competição individual e do pluralismo econômico, político e social poderia servir de lastro ideológico ao movimento, não tem conseguido exercer influência que se possa considerar importante. Mais fortes, no comando do Brasil, são as forças autoritárias ou as forças desaparelhadas de doutrina do nacionalismo. Antes que se estabeleça um ambiente de maior nitidez e clareza política e melhor definição da doutrina democrático-liberal, pouco poderá fazer pela educação nacional. Continuarão os grandes desenvolvimentos de hoje, ou sejam, a expansão de ensino superior destinado a dar prestígio à nação, pelo número de escolas e universidades, e aos alunos, pelos diplomas com que os venham agraciar; a expansão do ensino privado, a fim de permitir a educação dos filhos das classes favorecidas sem competição de matrícula; e as falsas campanhas de alfabetização para "dopar" a consciência nacional cada vez mais incômodamente desperta para a sua tragédia educacional.

Quando outras forças, menos arcaicas, ou sejam as da classe média democrática, com fundamento em textos expressos de nossas constituições, poderem vir a exercer a necessária influência, os nossos objetivos educacionais serão facilmente equacionados, à luz da doutrina democrático-liberal, que só tem segredos e obscuridades para os que, na realidade, não a aceitam.

A minha conclusão funda-se, pois, em uma preliminar. Enquanto o país não se decidir sobre as suas próprias instituições democráticas e, para ser específico, sobre o cumprimento de suas constituições, tanto a federal quanto as estaduais, votadas em 46 e 47 e até hoje à espera de execução, pouco podemos fazer, nós educadores, para ajustar as arcaicas estruturas educacionais vigentes às novas estruturas econômicas, que o processo de industrialização, de qualquer modo, está construindo para o Brasil materialmente desenvolvido de amanhã.

obra de governo, embora o particular possa ter uma pequena parcela da obra, ao atender, com mais requinte, certas camadas superiores da sociedade nacional — (*Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte).

PLANO DE CONSTRUÇÕES ESCOLARES DE BRASÍLIA

ANÍSIO TEIXEIRA

O plano de construções escolares para Brasília obedeceu ao propósito de abrir oportunidade para a Capital federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país.

Como as necessidades da civilização moderna cada vez mais impõem exigências à escola, aumentando-lhe as atribuições e funções, o plano con- — em cada nível de ensino, desde o primário até o superior ou terciário — como hoje já se está êste a chamar — num conjunto de edifícios, com formas diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à realidade de vida e convívio social.

Dal falar-se antes em Centro do que em Escola. O Centro de Educação Infantil compreende pavilhões de "jardim de infância", de "escola-classe", de "artes industriais", de "educação física", de "atividades sociais", de "biblioteca escolar" e de "serviços gerais". É, portanto, algo como se fôsse uma Universidade Infantil. O Centro de Educação Média também possui um programa consideravelmente diversificado, destinando-se a oferecer a um adolescente real oportunidade para cultivar o seu talento e aí se preparar diretamente para o trabalho ou para prosseguir a sua educação no nível superior.

Tal programa constitui, assim, menos um desafio aos arquitetos de Brasília do que um oferecimento de ampla liberdade de concepção para os novos e complexos conjuntos escolares.

Em esquema, o programa foi o seguinte:

1. Educação primária a ser oferecida em Centros de Educação Infantil, compreendendo:

"Jardins de infância" — destinados à educação de crianças nas idades de 5 e 6 anos;

"Escolas-classe" — para a educação intelectual sistemática de menores idades de 7 a 14 anos, em curso completo de seis anos ou séries de três;

"Escolas-parque" — destinadas a completar a tarefa das "escolas-classe" mediante o desenvolvimento artístico, físico e recreativo da criança mediante a iniciação no trabalho, mediante uma rede de instituições ligadas entre si, dentro da mesma área e assim constituída:

subdiv. doc. - {poderes}
 desalhar doc. -
 n. se unham cabeças. a priori = antes dos estudos

- a) biblioteca infantil e museu;
- b) pavilhão para atividades de artes industriais;
- c) um conjunto para atividades de recreação;
- d) um conjunto para atividades sociais (música, dança, teatro, clubes, exposições);
- e) dependências para refeitório e administração;
- f) pequenos conjuntos residenciais para menores de 7 a 14 anos, sem família, sujeitos às mesmas atividades educativas que os alunos externos.

Como a nova capital é construída em quadras, e cada quadra abrigará população variável de 2.500 a 3.000 habitantes, foi calculada a população escolarizável para os níveis elementar e médio, ficando estabelecido o seguinte:

1. Para cada quadra:

- a) 1 jardim da infância, com 4 salas, para, em 2 turnos de funcionamento, atender a 160 crianças (8 turmas de 20 crianças);
- b) 1 escola-classe, com 8 salas, para, em 2 turnos, atender a 480 meninos (16 turmas de 30 alunos).

2. Para cada grupo de 4 quadras:

- a) 1 "escola-parque" — destinada a atender, em 2 turnos, a cerca de 2 mil alunos de "4 escolas-classe", em atividades de iniciação ao trabalho (para meninos de 7 a 14 anos) nas pequenas "oficinas de artes industriais" (tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, costura, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc.), além da participação dirigida dos alunos de 7 a 14 anos em atividades artísticas, sociais e de recreação (música, dança, teatro, pintura, exposições, grêmios, educação física).

Os alunos freqüentarão diariamente a "escola-parque" e a "escola-classe", em turnos diferentes, passando 4 horas nas classes de educação intelectual e outras quatro horas nas atividades da "escola-parque", com intervalo para almoço.

II — Educação média ou secundária, em Centros de Educação Média, compreendendo um conjunto de edifícios destinados a:

1. "Escola Secundária Compreensiva", incluindo:
 - a) cursos de humanidades
 - b) cursos técnicos e comerciais
 - c) cursos científicos.
2. Parque de Educação Média (quadras para vôleibol, basquete, piscina, campo de futebol, etc.).
3. Núcleo cultural (teatro, exposições, clubes).
4. Biblioteca e museu.
5. Administração
6. Restaurante.

III — Educação Superior

Universidade de Brasília, a ser construída, em área própria, compreendendo:

1. Institutos (de Matemática, Física, Biologia, Geologia, Artes, etc.), destinados ao ensino científico básico e especializado.

2. Faculdades (de Educação, Politécnica, Ciências Médicas, Direito, etc.) destinadas à formação intelectual e ao adestramento profissional.
3. Reitoria, Sala Magna e Biblioteca Central.
4. Campos de recreação e desportos (estádio, ginásio, piscina, etc.).
5. Serviços administrativos e gerais.

Em todo esse programa, cumpre distinguir a educação comum e obrigatória, destinada a todos, e a educação especial destinada a formar os diversos quadros ocupacionais do país. Quanto à educação para todos, isto é, a elementar, o seu característico, no programa proposto, é o de juntar o ensino propriamente intencional, da sala de aula, com a auto-educação resultante de atividades de que os alunos participem com plena responsabilidade. Por isto, a escola se estende por oito horas, divididas entre atividades de estudos e as de trabalho, de arte e de convivência social. No centro de educação elementar, a criança, além das quatro horas de educação convencional, no edifício da "escola-classe", onde aprende a "estudar", conta com outras quatro horas de atividades de trabalho, de educação física e de educação social, atividades em que se empenha individualmente ou em grupo, aprendendo, portanto, a trabalhar e a conviver.

Pode-se bem compreender que modificações deverão ser introduzidas na arquitetura escolar para atender a programa dessa natureza. Já não se trata de escolas e salas de aula, mas de todo um conjunto de locais, em que as crianças se distribuem, entregues às atividades de "estudo", de "trabalho", de "recreação", de "reunião", de "administração", de "decisão" e de vida e convívio no mais amplo sentido desse termo. A arquitetura escolar deve assim combinar aspectos da "escola tradicional" com os da "oficina", do "clube" de esportes e de recreio, da "casa", do "comércio", do "restaurante", do "teatro", compreendendo, talvez, o programa mais complexo e mais diversificado de todas as arquiteturas especiais. As notas que se seguem mostram como foram abordadas por um arquiteto as novas necessidades e funções da ambiciosa escola moderna.¹

Escola-Parque

1. *O Problema:* Construir área para conter cerca de 1.000 crianças de 7 a 14 anos (em cada turno), constituindo os locais adequados às atividades programadas, numa faixa de terreno de 80 x 160 metros.

2. *Condições óbvias:* a) Só um piso elevado; b) Taxa de ocupação do terreno relativamente baixa com o desfôgo necessário para os espaços livres circundantes, jardins, piscina e esportes.

3. *Resultante geométrica:* Planta condensada ao máximo — Um Quadrado — 50 x 50 metros — 2.500 metros quadrados — no piso superior. Zonas livres permitindo a continuidade do terreno — no piso térreo. Fora do quadrado: só o indispensável.

4. *Iluminação natural do prisma construtivo:* Dupla: — Lateral — uniforme com proteção parcial; Zenital — uniformemente distribuída, na mesma direção.

¹ Trata-se do projeto de José de Souza Reis.

5. *Disposição da principal área construída*: Economia — aproveitamento quase total do quadrado, com a localização de um só acesso amplo e do bloco de instalações sanitárias na zona central — Completa *maleabilidade da distribuição do espaço interno*, ampliado pela continuidade — Possibilidade de isolamento total, sem quebra da continuidade, por meio de placas transparentes acima de 2 metros.

Centro de Educação Média

1. *O Problema*: Construir um conjunto de edifícios para conter o total de 2.250 alunos de 11 a 18 anos, de maneira adequada ao exercício das atividades programadas:

I — *Centro cultural*, teatro e exposições

II — *Biblioteca e museus*

III — *Centro de serviços gerais*

IV — *Escola média compreensiva*, incluindo ginásio e colégio, escola comercial, técnico-industrial, curso normal ou pedagógico e escola agrícola.

V — *Centro de educação física e esportes em geral*.

Terreno disponível, fixado após os estudos preliminares: 400 x 400 metros.

2. *Condições óbvias*: a) No máximo, 2 pisos elevados; b) Taxa de ocupação baixa para atender ao desfôgo necessário num conjunto dessa natureza; c) Grupamento conveniente ao funcionamento das atividades de características semelhantes, tanto para a constituição dos blocos construtivos, como para a do conjunto.

3. *Resultante geométrica do conjunto*: *Condensação acentuada das áreas construídas, consideradas no conjunto* — Seis Blocos Construtivos grupados longitudinalmente em torno de uma *praça central* que dá acesso ao centro. Três de um só piso térreo. Três de altura relativa a 2 pisos. Grupamento de todas as atividades semelhantes. Continuidade do terreno, por meio do jôgo da disposição dos pisos térreos ou elevados. *Diversificação de aspectos* dentro da unidade geral, por meio do emprêgo de tipos estruturais diferentes, de conformidade com as características próprias dos vários edifícios e decorrentes das respectivas destinações.

4. *Escola média compreensiva*: As exigências da técnica pedagógica determinaram a localização do *Ensino Técnico-industrial* e do *Curso Normal ou Pedagógico* em blocos independentes, ainda que próximos do bloco construtivo que reúne os demais cursos constitutivos da Escola Secundária Compreensiva mais acima enumerados. Assim, esses cursos foram localizados em 3 blocos de construção formando um conjunto dentro do Centro de Educação Média. O principal desses blocos *acha-se em fase de conclusão e a sua execução representou o seguinte*:

5. *Problema*: Construir um edifício para conter cerca de setenta unidades de 7 x 9 metros para as *salas de classe, salas especiais, laboratórios, salas de trabalhos manuais*, etc., bem como subdivididas em *salas de professores, assistentes, gabinetes*, etc., além das demais instalações necessárias. Permitir a mais completa *maleabilidade de distribuição interna* para o gru-

pamento de salas nas mais diversas combinações, com múltiplos e submúltiplos da unidade padrão (7 x 9 m).

6. *Resultante geométrica*: *Condensação máxima — retângulo compacto*: — *Piso superior*: esquema reticulado. Economia: 4 galerias de circulação para 8 alas de compartimentos. *Piso térreo*: recreio coberto — continuidade do terreno entre as construções térreas dos 2 blocos contíguos (*Ensino Técnico-industrial e Curso Normal ou Pedagógico*).

7. *Iluminação natural*: *Zenital* — uniforme, por meio de *sheds* espaçados de 3,50 metros (2 em cada unidade de 7,00 x 9,00 metros).

8. *Disposição geral*: Aproveitamento quase total do retângulo: só 2 escadas e 2 blocos de instalações sanitárias concentradas, localizados dentro do perímetro — Localização externa dos acessos principais (rampas). 2 pátios de repouso no piso principal (4 unidades de 7,00 x 9,00 metros, cada uma). Possibilidade de novas aberturas (até 7,00 x 9,00 m) que interessem ao funcionamento das atividades escolares, no bloco compacto. (*Revista Módulo*, Rio.)